
117ª SESSÃO ORDINÁRIA – 26NOV2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Mônica Leal; Ver. Oliboni, nosso líder, venho a esta tribuna colocar um conjunto de preocupações sobre o não funcionamento de vários órgãos da municipalidade e muitas disfunções que têm prejudicado o conjunto da população. Nós fizemos um levantamento, Ver. Robaina, sobre a utilização do telefone 156. O sistema está funcionando pela internet muito bem. Claro que os resultados são precários, porque a Prefeitura não responde aos inúmeros processos que a gente abre todos os dias pelo telefone 156, mas este telefone é um parto, não atende. Não atende o 156! Então, eu já fiz um material de divulgação para que as pessoas que têm acesso à internet possam utilizar o 156. Há algo que eu preciso aqui dizer que funciona e está funcionando, e as pessoas não sabem por que a Prefeitura não divulga: a Câmara de Indenizações Administrativas. Também fiz um material exatamente para que as pessoas possam acessar esse importante serviço da municipalidade.

Mas, senhoras e senhores, eu quero tratar aqui de coisas que não funcionam mesmo: o *site* da Prefeitura. Eu queria perguntar às senhoras e aos senhores quem é, atualmente, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico. Alguém sabe me dizer? O que diz o *site* da Secretaria Municipal, ao qual o Ver. Cecchim, eu e vários outros aqui nos dirigimos? Continua o secretário Leandro de Lemos como titular, no *site* da administração. E outra coisa, Ver.^a Comandante Nádia, estranho que sempre se badala quando alguém sai. Eu perdi ou esconderam a saída do secretário Leandro? É uma pergunta que eu gostaria de fazer. De repente eu já vejo uma foto, num *site* de uma instituição, do novo secretário Cidade, e lá no *site* da Prefeitura continua Leandro de Lemos.

Eu estou falando isso pelo seguinte: tem um projeto meu que vai ser votado ainda este ano, eu espero, sobre a questão da Lei de Acesso à Informação, mas principalmente sobre a Lei Anticorrupção, o *compliance* – todo mundo gosta de falar com o peito estufado essa palavra inglesa –, a conduta. Quem trabalha com a Prefeitura, por exemplo, a

Cootravipa, quem faz um contrato de serviços para fechar os buracos da Cidade, que são muitos, tem que ter um código de ética! É exigido! Eu fiz um pedido de informações, Ver. Carús, e recebi o seguinte retorno: “Estamos estudando para verificar a viabilidade de como será feita a cobrança da Lei Anticorrupção”. Como assim? A lei é de 2016! Eu fiz um pequeno projeto de lei exatamente para fazer o que eu chamaria de uma adaptação à necessidade e a obrigação que a administração pública municipal tem de cobrar um código de ética e de conduta de quem contratar com a Prefeitura Municipal. Portanto, a Prefeitura não cumpre a Lei de Acesso à Informação, porque todos os dados dos seus *sites*, como eu mostrei aqui, estão fora de foco. Se nem consegue, Ver. Freitas, Ver. Alvoní, corrigir o *site* da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em que consta ainda o nome do antigo secretário – não tem explicação nenhuma de quando saiu, como saiu, quem assumiu, o que faz ou deixa de fazer –, imaginem os outros acessos. Já expliquei para o 156 que pelo telefone, pelo velho e bom telefone não funciona, e assim por diante. Ou seja, Ver. Oliboni e Ver. Sgarbossa, que me acompanham aqui: é uma vergonha o não funcionamento da máquina administrativa do Município de Porto Alegre. A Prefeitura pediu, nós aprovamos a reforma administrativa. No entanto, essa Prefeitura não funciona. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta, ficando o período de Grande Expediente para o final da sessão. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; falo em período de pauta porque, na lista que recebemos, consta um projeto do Executivo – PLE nº 012/18 – em 1ª Sessão de Pauta, que autoriza a contratação, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de professores para a Secretaria Municipal de Educação. Nós temos aqui a tentativa de institucionalizar, no Município de Porto Alegre, uma prática que acontece há décadas no Estado do Rio Grande do Sul. Há muitos e muitos anos o nosso Estado adota a prática da contratação emergencial de professores para sanar os problemas de recursos humanos na nossa rede de educação. Isso é terrível, porque um professor, em contrato temporário, emergencial, não tem os vínculos que um professor de carreira apresenta. A sua lotação é efêmera, pode ser jogado para qualquer escola em que esteja faltando efetivo; portanto não há o estabelecimento de algo que é de fundamental importância para a boa qualidade de ensino: os vínculos afetivos com a comunidade. Nós, que temos experiência dentro da área educacional – e eu estou em sala de aula há 18 anos, talvez não seja, para muitos, uma grande experiência, mas já dá para ter uma boa noção do que acontece – percebemos que as escolas que têm professores há um bom tempo estabelecem uma relação de confiança. O indivíduo é quase parte da família, ele dá aulas para duas, às vezes, três ou quatro gerações de uma mesma família. Isso faz com que haja uma integração dentro da comunidade escolar, algo que é extremamente fragilizado por conta desses contratos tampões. Outro fato terrível é que um ofício de professor torna a atividade docente um bico – um bico! E quando nós – digo nós, sociedade brasileira – afirmamos que a educação é importante e que precisamos investir em educação, o principal investimento que nós podemos fazer é valorizar a carreira dos professores e professoras. E valorização não se refere, única e exclusivamente, em aumento da sua percepção em ganho salarial, valorização significa demonstrarmos a real importância que os professores têm para a construção da nossa sociedade. Ao invés de apostarmos na valorização daqueles que dão aulas, daqueles que preparam as futuras gerações, o que a Prefeitura propõe? Propõe a desqualificação da carreira docente, com contratos tampões. Senhoras e senhores, venho aqui fazer um alerta: isso não é um contrato temporário que está sendo proposto pela Prefeitura! Um contrato temporário, um contrato emergencial é

aquele para sanar o problema enquanto não consegue ser resolvido, ou seja, a Prefeitura apresenta um projeto desses enquanto ela se organiza para elaborar um concurso público e suprir a necessidade de RH – suprir! Agora, a Prefeitura coloca um projeto para contratação temporária por um ano, renovável por dois, ou seja, é um projeto para acabar gestão, não é emergencial, é um projeto para tirar das costas do Executivo a responsabilidade de colocar efetivos nas nossas escolas, de contratar professores, professoras, e acabar com o problema que a própria Secretaria deixou ou criou, porque, quando assumiu o Paço Municipal, o Prefeito tinha, pelo menos, quatro concursos abertos, com a possibilidade de chamar os profissionais, colocá-los nas escolas, evitar os problemas graves que nós estamos percebendo e não o faz. Agora quer tirar das suas costas um problema tornando a nossa profissão um bico. Isso é inaceitável, senhoras e senhores, portanto não podemos permitir que a Prefeitura institucionalize os contratos temporários que tanto mal fazem à educação do nosso Estado. Professor era para ser uma carreira séria, era para ser uma carreira valorizada, uma carreira respeitada. Nós, professores brasileiros, estamos sendo relegados a uma atividade passageira, uma atividade profissional temporária, é isso que esse tipo de proposta traz ao parlamento, tornar a profissão de professor um bico – um bico! – e isso é inaceitável. Deixo aqui o meu recado. Um grande abraço a todos, e me desculpem por toda a indignação, mas existem muitas pessoas que, como eu, pensam que o profissional que encara uma sala de aula e que dedica a sua vida a isso deveria ser mais respeitado. Um grande abraço.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Boa tarde, Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste; venho aqui falar de um projeto de minha autoria que está tramitando, o PLL nº 076/17, que obriga os hipermercados, os supermercados, os atacados e os estabelecimentos similares a higienizar os carrinhos e os cestos de compras disponibilizados aos clientes e proíbe o transporte de crianças nos carrinhos de compras não equipados com assentos específicos. Por quê? Como bem mostra o vídeo que vou apresentar agora, uma pesquisa da Universidade do Arizona mostra que os

carrinhos e cestos de supermercados são mais contaminados do que os assentos sanitários, os mesmos contêm bactérias que mostramos na apresentação. Aqui diz todos os tipos de micróbios possíveis e impossíveis. Vamos ver, então, o que passou no programa Jornal Nacional.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Então está aí, pessoal, já existe uma lei federal, a Lei nº 13.846/17, que está em vigor desde 4 de outubro de 2017; em São Paulo e em alguns lugares isso já está em prática. A nossa lei aqui já está na priorização, e eu conto com todos os colegas, porque é algo que passa despercebido, às vezes, e é possível pegar uma bactéria, uma infecção, até mesmo uma gripe e não saber de onde vem, e pode ser de um carrinho de compras de um supermercado. Um abraço e uma boa semana para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, normalmente eu não dou opinião ou sugestão quando se trata de educação, porque eu sou apenas um pai e avô e não entendo muito de educação ou de sala de aula. Mas a vivência dos últimos anos aqui no Rio Grande do Sul me faz ver que a preocupação do Ver. Prof. Alex Fraga é uma preocupação corporativa, porque a população aí fora quer saber do professor dando aula. E se o professor é contratado como definitivo, no dia seguinte ele está lá na frente do Palácio fazendo greve. Os pais não aguentam mais o CPERS, nem os professores aguentam o CPERS, que estragou a educação no Rio Grande do Sul, liquidou com a hierarquia nas escolas. Eu acho que se está faltando professor, uma boa maneira de suprir isso é contratar, sim, por tempo determinado, sim. Se ele funcionar, se ele der aula, se ele for um bom professor, renova-se. Se não, é um contrato de trabalho como tem nas empresas, Ver. Janta. Lá tem um contrato temporário ou o contrato experimental, 60 dias mais 30 dias. O professor é

contratado por um ano, se for bom professor e se a escola precisar, mais dois anos. Eu acho que essa é a melhor maneira, aliás, eu acho que assim deveria ser com tudo. Funcionou, trabalhou sério, dedicou-se? Contrata-se por mais um tempo. São assim que funcionam as coisas no mundo. Não é possível contratar e tem todas essas coisas para trabalhar meia dúzia de anos, metade dos quais fica em casa por licença interesse, mais outro tanto por atestado médico, mais outro tanto porque é longe para ir, difícil acesso. É uma coisa impressionante! Professor valorizado tem que ser aquele que está em sala de aula, que dá aula e são muitos que são assim e são bons professores, comprometidos com a educação. Mas esse negócio de contratar, eu acho muito bom que seja contratado por um ano, renovado por mais dois anos. Se é bom professor, e a maioria deles são bons professores, estica-se por mais dois anos. Eu acho que é assim que tem que ser, como todo o brasileiro que não é funcionário público, que não é professor, acontece a mesma coisa na empresa, só que lá são dois meses, três meses. Aqui se dá a oportunidade para o professor trabalhar um ano na sala de aula. Se necessitar, renova-se. Mas tem que ver também: renova-se, se o professor for efetivo. Se ele for um bom professor de sala de aula, se ele for comprometido com a educação dos alunos, se ele se compromete com o amanhã do cidadão que ele está dando aula, aí, sim. Acho muito importante que se faça isso como prática e não esporadicamente por emergência. Tem que ser feito isso e eu tenho certeza de que melhorariamos os nossos índices de educação, que aqui no Rio Grande do Sul descambaram, foram ladeira abaixo. Acabaram com a educação no Rio Grande do Sul, o CPERS, as exigências e a falta de responsabilidade deles. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Subo a esta tribuna para tratar de um assunto que tem me preocupado muito. Não vou me demorar, vai ser rápido, mas vai ser para chamar a atenção, principalmente do nosso Executivo e da EPTC.

Primeiro, quero saudar a EPTC por agir rápido na questão dos parquímetros em Porto Alegre. Eu levantei isso no início do ano, falei que Porto Alegre precisava rever os contratos, pois os comércios estavam sofrendo com o modelo usado na área azul. E o Governo agiu rapidamente, fez um contrato e, quarta-feira, entra em vigor o novo parquímetro no Centro, com cartão de crédito e sem precisar que se ponha um papelzinho no painel do carro.

Mas quero aproveitar que estão trabalhando nessa questão do novo parquímetro e falar da minha preocupação com a orla do Guaíba. Eu vejo o número de flanelinhas achacando as pessoas que vem aproveitar e curtir a nossa orla. São uns 200 flanelinhas pedindo R\$ 20,00 R\$ 25,00 ou R\$ 30,00 para as pessoas. E as pessoas vão lá, sem infraestrutura, deixam a carteira em casa, porque vão fazer exercícios; saem para fazer sua programação e, quando voltam, ainda tem de guardar um dinheiro para dar para o flanelinha, para não ter seu veículo arranhado, destruído e não poder usar a orla, não poder comprar uma água. Então, quero pedir uma atenção da nossa EPTC para esses flanelinhas que estão prejudicando a cidade de Porto Alegre. Daqui a pouco, as pessoas vão deixar de ir à orla, por causa dos flanelinhas. O Professor Wambert tem um projeto que está tramitando aqui nesta Casa e que retira os flanelinhas. É um projeto muito importante, pena que ele seja inconstitucional, pois há uma lei federal sobre isso. Essa é uma questão que temos de ver em âmbito nacional, a questão dos flanelinhas, porque é um absurdo o que acontece na cidade de Porto Alegre, são flanelinhas demais, as pessoas tendo que pagar. São pessoas que pagam impostos para deixar seus carros estacionados nas ruas e poder fazer as suas atividades. Então, é uma atenção que eu chamo, quero que tenha bastante fiscalização e que se possa controlar o aacheque à nossa população, que tem essa orla revitalizada, maravilhosa, para que as pessoas possam aproveitar o fim de tarde da nossa Cidade. Então, peço, Rodrigo, que está me escutando atentamente, que leve esse pleito importante, porque são os relatos, as reclamações da população, dos nossos amigos, das pessoas que a gente tem contato; e a gente enxerga isso, está demais, está abusivo e não há mais espaço para isso. Uma boa tarde, uma boa semana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Casa tem feito vários projetos, tem debatido vários projetos de extrema relevância para a nossa Cidade e que têm servido até de expoente para o nosso Estado, para o nosso País. Mas também nós temos alguns projetos que realmente têm sido o oposto a isso. Tem um projeto que está em pauta aqui, que determina que todo cachorro, todo animal que a pessoa tiver e que for procriar agora tenha um certificado de um certo canil, um clube. Então, nós vamos começar agora: toda roupa que a população tiver tem que ser de determinada loja; todo produto que a população consumir tem que ser de determinado supermercado. Agora nós temos a hora do Brasil animal – o Ver. João Bosco Vaz já está se adaptando a essa hora do Brasil animal. Acho que a gente defender uma causa é salutar: lutarmos para que, de fato, haja o castramento dos animais, o controle das pragas que esses animais podem trazer para uma população, o controle, principalmente na periferia das grandes cidades; isso é uma coisa. Agora, transformarmos a causa animal, que, como todas as causas, é nobre, dentro desta Casa, que faz grandes leis para esta Cidade, que é um grande palco de discussão dessas grandes leis... Ainda há pouco o Ver. Mendes Ribeiro trouxe um problema desta Cidade, que é a questão dos flanelinhas, que é uma coisa que nós temos que conviver, mas tem regras, tem que ter cadastro junto à Empresa Pública de Transporte e Circulação, tem que ter um colete que o identifique, com numeração, não pode ter um evento, um local onde tem grande número de pessoal, irem lá e se aproveitar disso. Esta Casa faz essas discussões. Agora, não pode esta Casa começar a virar chacota. Falo isso, porque eu estava em Brasília, na semana passada, quando chegou a notícia de que em Porto Alegre estava havendo uma intervenção no programa A Voz do Brasil, para fazer a hora do Brasil animal! A nossa Câmara de vereadores queria intervir no Congresso Nacional para fazer a hora do Brasil animal! Esta casa, que faz muito pelo povo de Porto Alegre, volto a dizer, e pelo povo do Rio Grande do Sul, virando chacota. Agora se vê, novamente, um projeto querendo a intervenção na iniciativa privada, passando para a iniciativa privada – porque esse canil é da iniciativa privada, é um canil que tem estatuto, que tem diretoria, que cobra – toda a responsabilidade dos animais da cidade de Porto Alegre. Assim como também viramos

chacota quando queriam ter um cartório para, quando os casais se quando os casais se separassem, ao fazer a separação, ver como seria a divisão dos animais; como seria, se o animal ia ficar no fim de semana, se ia ficar uma semana. Então, eu acho que é o momento de se começar a respeitar o trabalho sério, determinado, feito pelos pares desta Casa, para ajudar a melhorar a vida das pessoas, e, principalmente, das causas, sejam da saúde, da educação, da segurança, da mobilidade, mas, principalmente, da causa animal, que têm várias pessoas tratando desse tema com seriedade, não só na nossa Cidade, mas no nosso Estado e no nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica, senhores e senhoras, eu pensei que nunca veria esse tempo chegar em Porto Alegre. Não na Porto Alegre da escola cidadã, na Porto Alegre dos fóruns sociais e mundiais, dos seminários internacionais de educação, na Porto Alegre do Fórum Internacional de Educação, que trouxe educadores do mundo inteiro, que inovou no currículo, que inovou na organização da escola, nos calendários escolares, com orçamento participativo escolar, que inovou com a compra direta de produtos hortifrutigranjeiros, que inovou com uma alimentação saudável, com protagonismo das crianças, desde a educação especial, educação infantil, que criou novos conceitos, que hoje, inclusive, pautam as leis federais e pareceres do Conselho Nacional de Educação em termos de aprendizagem, em termos de aceleração da aprendizagem, de permanência de ciclos de formação, de transformação daquela escola que era seriada, rígida, da reprovação, da criação de novos espaços de aprendizagem, de inclusão; a rede municipal de ensino criou os espaços de apoio à inclusão, salas de integração e recurso que depois foram constituídas no MEC como estratégia de inclusão. Nunca pensei que uma rede exemplar para o mundo, pesquisada no mundo fosse ser atacada nos níveis em que está sendo atacada, uma rede de educação que tem ameaça direta de privatização, sim. A Prefeitura aposta nas escolas comunitárias; diz o prefeito que, como na educação infantil há conveniamento, ele quer avançar para o convênio com iniciativa privada comunitária, para educação de ensino

fundamental. Portanto, ataca o coração da gestão da educação pública, que é entregar para a iniciativa privada a educação básica, ataca pela retirada de professores, a não reposição de professores e retirada de recursos, ataca pela retirada e esvaziamento da gestão pedagógica, da autonomia pedagógica, da gestão democrática que não tem nenhum investimento e que é desrespeitada sistematicamente pelo secretário de educação, que não aceita as decisões do conselho escolar, órgão máximo, e ataca agora, de maneira mortal, com esse projeto, que é de contratação, que parece ser de contratação temporária, mas inaugura na cidade de Porto Alegre, pelo seu caráter e pela combinação de fatores, a permanente contratação temporária de professores, que é um mal que atinge a educação estadual. Pois, se alguns vêm aqui e dizem que a educação estadual está mal, vou dizer que um dos fatores é ter em torno de 30 mil professores em contratos precários, contratos temporários. Não quer dizer que sejam maus professores, eles não têm vínculo permanente, eles não podem fazer formação, eles não acompanham o processo político pedagógico da escola, de planejamento, de avaliação, de conhecimento da comunidade escolar, de conhecimento dos alunos. Esse projeto de contratação temporária por um ano, prorrogável por mais um ano é fruto da intencional não reposição de professores, intencional não realização de concurso, porque o concurso público feito com atraso para apenas anos iniciais resultou um pouco mais de cem professores aprovados para séries e anos finais. Onde estão as disciplinas matemática, português, história, geografia, língua estrangeira, educação física? Não foi realizado concurso pelo prefeito Marchezan. Estamos com uma lacuna brutal, e aí é aquela ideia da terra arrasada, está mal, não tem jeito, e a Prefeitura, então, diz que precisa emergencialmente, em caráter excepcional. Mentira! Caráter provocado, intencional, tanto que a Dra. Danielle Bolzan, do Ministério Público, ajuizou um pedido de realização de concurso. Mentira, se justificarem com o Ministério Público a necessidade da contratação temporária. A Dra. Danielle escreve no seu processo “que se realize concurso, que se provejam os professores conforme as áreas e as necessidades. Realize-se concurso onde não houver”. Enquanto não estiver pronto o concurso, aí sim, que se realize a contratação temporária, preocupado que está o Ministério Público com as crianças que estão há um ano sem aula em diferentes disciplinas; com o currículo, que não se realiza; com os laboratórios de aprendizagem, que estão sendo fechados; com os diretores, supervisores e orientadores, que não podem coordenar a escola, porque têm que entrar

em sala de aula, pois faltam mais de 500 professores, e outros se aposentarão. Portanto, é grave, é gravíssimo o ataque, o desmonte da educação municipal. Nós não vamos aceitar a precarização da educação através de contratos temporários permanentes, que é o que o governo está propondo. Nós vamos lutar. Porto Alegre nunca teve um destino de pauperização e de trabalhar com educação pobre para pobre. Esse não é o destino de Porto Alegre, essa é a cara do Marchezan, do Estado mínimo, do desrespeito com a Cidade, da falta de prioridade na educação e do objetivo principal, que é entregar a negócios privados as nossas áreas mais vulneráveis e mais estratégicas, como é a educação. Não passará.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos sabem da luta do nosso partido, o PDT, pela educação. Quando foi criada a escola de turno integral, o mundo era contra, inclusive o PT. Hoje o Brizola é o ídolo do Partido dos Trabalhadores. Precisou morrer o Brizola para que reconhecessem o trabalho do Darcy Ribeiro e dele. A Ver.^a Sofia Cavedon, que é professora, deve ter suas razões para ter feito esse pronunciamento. Agora, eu nunca vi uma professora ser contra a contratação de professores, e digo isso porque em todos os governos, inclusive nos do Olívio, do Tarso, do Collares, houve contratações emergenciais, como os governos, até hoje, contratam. Se não tem concurso vigente, não tem por que não contratar emergencialmente, já que há a necessidade de professores. Só não pode contratar emergencialmente se tiver concurso vigente, se houver professores aprovados esperando na fila para serem chamados. Agora, não contratar emergencialmente, exigir concurso... Claro que tem que ter concurso, mas enquanto não sai o concurso, o prefeito pode, sim, contratar emergencialmente. Vou repetir: todos os governadores fizeram isso, inclusive os governadores Olívio, Tarso, Rigotto, Collares – todos! –, porque a situação exige, há a necessidade. E neste caso, pelo que estou entendendo, há também a solicitação do Ministério Público para que isso aconteça em relação a professores de algumas matérias, de algumas disciplinas que são necessárias para completar o quadro, porque não adianta

chegarem no final do ano, como agora, e reclamarem: “Mas a escola tal não teve português o ano todo, porque faltou professor; a escola tal não teve biologia, porque faltou professor”. Se não tem concurso vigente, não tem desculpa para não se contratar professores, emergencialmente. Não há desculpa, é obrigação dos governos suprirem as escolas com professores, até que saia um concurso. Eu defendo a contratação emergencial de professores até que seja feito o concurso; se tiver concurso vigente, não pode ter contratação emergencial. Agora, não contratar de forma emergencial porque não tem concurso, e os alunos ficarem sem professores, é uma situação que eu, sinceramente, não consigo entender. E está falando alguém que é crítico do governo que está aí instalado, que vota contra esses projetos mirabolantes que são mandados para cá, sem conversar com esta Casa, sem conversar com os vereadores. Agora, nessa situação, o prefeito tem, sim senhor, não só o dever, mas a obrigação de repor os professores daquelas disciplinas em que faltam profissionais para orientar as crianças, se não ficamos aqui como estamos agora, no final do ano: “A escola tal não teve professor de português; a escola tal não teve professor de geografia; na outra escola faltou professor de física”. Então, tem que contratar! Eu gostaria que o Prof. Alex me convencesse aqui por que não se pode contratar emergencialmente enquanto não tiver concurso. Está certo? Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu venho à tribuna, em tempo de liderança do PSOL, portanto agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna, líder do nosso partido, e ao colega de bancada, Roberto Robaina. Eu subi novamente, instigado pelo Ver. João Bosco Vaz, pela sua fala. Ver. João Bosco, eu me manifestei anteriormente, em período de Pauta, justamente para comentar o projeto do governo a respeito da contratação temporária de profissionais. Eu não sou contrário à contratação temporária, desde que temporária. Esse projeto não é temporário, Ver. João Bosco Vaz. Não é! Por isso, é um erro crasso transformar contratação temporária em contratação definitiva, que é o que nós temos no Estado do Rio Grande do Sul,

lamentavelmente. A orientação do Ministério Público foi, primeiro, reorganizar o RH que a SMED tem, tentando distribuir os professores que estão em setores ou reorganizando o quadro funcional a critério da administração. O secretário diz que tentou fazer. O problema é que nós precisamos de professores de matemática, português, geografia, e ele tira o pessoal da educação física da SME, das praças, dos parques, o que é um erro brutal.

Outra coisa: o Ministério Público pede que sejam feitos chamamentos de concursos públicos vigentes; infelizmente, todos os concursos caducaram. O Ministério Público orienta a organização de concursos públicos e sugere, como última estratégia, última alternativa, a contratação temporária, enquanto o governo organiza o concurso. O problema é que a proposta que vem da Prefeitura é um ano de concurso temporário, prorrogável por mais um. O prefeito e o secretário de educação não querem contratação temporária, eles querem a contratação definitiva durante os seus dois últimos anos de gestão, porque o problema deles é até 2020: contrato temporário, e depois passam a bronca para o próximo governo! Nós não podemos pensar uma cidade de forma imediatista, que é ao que o Executivo se propõe: pensar os seus problemas, resolver os seus problemas, e não os problemas da Cidade! O que esse senhor esquece é que ele é o prefeito da cidade de Porto Alegre, ele é o gestor público desta Cidade, e não o criador de mais confusão e problema. Não há impeditivo legal para contratação temporária enquanto a Prefeitura organiza um novo concurso. Ver. João Bosco, a Prefeitura organizou um concurso emergencial agora, no meio do ano, às pressas; se não me falha a memória, pela Fundação Dom Bosco. Por que não outros concursos nos mesmos moldes? Aconteceu! Por que não vontade política de agilizar, sanar esse problema grave, que não é novidade? A Prefeitura sabia, desde o início do ano passado, desde o início da sua gestão, que tinha pouco tempo para contratar, que os concursos estavam vencendo, e não fez a sua parte.

Portanto, a minha crítica pesada com relação a isso é a irresponsabilidade de propor um projeto imediatista, que resolve o problema desta gestão, mas cria problema para a próxima. Não sou contrário a suprir uma necessidade que a Cidade tem. Acho que temos um ano letivo que não pode ser perdido, viu Ver. João Bosco, por isso estou conversando com o Ver. Roberto Robaina e vou conversar com a Ver. Fernanda, porque precisamos terminar este ano, precisamos! Três meses é um prazo de bom tom para que a Prefeitura

organize um concurso público para começar o ano de 2019 com o pé direito! Em três meses se organiza um concurso, feito no início do próximo ano letivo, quando nomeiam-se professores e começamos a organizar novamente esta Cidade. Agradeço a atenção de todos, um grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vou sentir saudades desta Casa, o pessoal aqui é bastante atento! Seguindo no mesmo tema, acho que é importante a manifestação de que, se não têm professores, nomeia-se de qualquer jeito. É óbvio que nenhum de nós quer deixar escolas sem professor; agora, há uma responsabilidade gravíssima do gestor. Neste sentido, quero trazer aqui, Ver. Janta e Ver. Bosco, uma situação análoga: a do DMAE. Vejam, na educação é tamanha a dificuldade, a necessidade de professores, a dificuldade de obter respostas – nós estamos há um ano e meio brigando para que tenha concurso, para que sejam nomeados os professores –, que agora o Ministério Público ajuizou, pelo menos, três ações. O Município, em vez de se emendar, desestruturou a Secretaria de Esportes, é um equívoco. E, no DMAE, é o mesmo caminho que está sendo seguido, vereadores e vereadoras, o mesmíssimo caminho! Mais uma vez, o Ministério Público de Contas tem que se manifestar, e o fez, na quinta-feira passada, determinando ao prefeito que se abstenha de retirar a autonomia do DMAE! O Ministério Público que está determinando ao prefeito que se abstenha de retirar a autonomia do nosso órgão de tratamento de águas. O Ministério Público alerta para o possível risco da prestação de serviço em face do déficit de pessoal. Senhores, coloca claramente que o DMAE, dos 3.634 cargos existentes, tem 2.056 cargos vagos. Vou repetir: dos 3.634 cargos do DMAE – Ver. Nedel, olha a irresponsabilidade, o senhor não pode concordar com isso –, 2.056 estão vagos! O DMAE está funcionando de forma precaríssima, as estações de tratamento têm apenas uma equipe para dar conta de 24 horas por dia, 7 dias por semana, Ver. Adeli, são horas extras em cima de horas extras. Há risco de acidente, de interrupção do funcionamento das estações de tratamento, seja de água, seja de esgoto! O DMAE está terceirizando a análise da água, não tem mais condições, está tendo que

retirar técnicos das análises para colocar na operação. E o Dr. Geraldo da Camino, na sua representação – posso passar aos senhores a cópia, mas está na página do Ministério Público –, diz que o próprio diretor do DMAE se remete à administração, ao prefeito com palavras como: o cenário que se apresenta nesse sentido indica que estamos em um limite perigosíssimo de termos descontinuidade da prestação desses serviços. As consequências de quaisquer descontinuidades desses serviços são inúmeras e graves, com a falta de atendimento à população, e inclusive a incriminação e criminalização dos profissionais perante os seus órgãos de controle interno e externo. Mais: o próprio diretor do DMAE, o Dr. Geraldo recupera, afirma o Prefeito Municipal que o órgão possui plena capacidade de custeio e manutenção dos servidores solicitados. O diretor do DMAE está solicitando, há mais de ano, ingresso de 141 novos servidores, abertura de concurso público e nomeação de 55 servidores que estão aguardando hoje. E isso, diante do que o DMAE tinha, é ínfimo, só que pode salvar a população inclusive de uma contaminação em larga escala ou de um colapso. Vamos ver o que vai ser o verão em Porto Alegre, com o DMAE do prefeito Marchezan, um DMAE esvaziado, desmontado, como o que está sendo feito na educação. Se na educação o problema são os filhos dos trabalhadores na periferia, que vão ser analfabetos funcionais, o prefeito não está nem aí, ele gosta é de acusar professores e dizer que eles não são eficientes, ele não assume a sua responsabilidade. Agora, com a água vai ser criminoso se ele contaminar uma população toda, ou deixar sem água, por decisão de gestão – alertados, inclusive, pelo diretor do DMAE, o prefeito e os secretários. E isso tudo está registrado em um procedimento de alerta e numa solicitação de inspeção especial para apurar o inteiro teor da matéria, inclusive apartando-se o que já foi analisado no processo de contas de 2017. Por razões de ordem regimental e processual, deve instruir o processo de inspeção a ser instaurado. Portanto, o Ministério Público de Contas, em 21 de novembro de 2018, pede inspeção nova, inspeção especial no DMAE. O prefeito anda perigosamente entre a sua ganância de privatização e a saúde da nossa população. E não pensem que não está tudo registrado, seja na educação, seja na água, seja em todas as outras políticas públicas que sofrem de maneira letal pelo descontrole, pela irresponsabilidade e pela prioridade de privatização do prefeito Marchezan.

Encerro Presidente, dizendo que ouvia sobre as obras da Copa. Uma vergonha as obras da Copa, não tem nenhuma perspectiva, não tem data, é pelo desprestígio, é pelo

desaparelhamento dos órgãos responsáveis pelas licitações, pelo controle e fiscalização. A Cidade em colapso tem um responsável: é o prefeito Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós vamos entrar nessa discussão de contrata, não contrata, faz concurso, não faz concurso. Eu, o Ver. João Bosco e o Ver. Prof. Alex estávamos conversando e lembrávamos – falávamos também com o Ver. Carús e o Ver. Pablo – de um concurso que foi da Guarda Municipal para mais de 250 agentes, isso no orçamento já do ano passado, em que foi feita uma emenda do Ver. Carús, aprovada por esta Casa, para se chamar 100 agentes da Guarda Municipal. Aí nós questionávamos: se tivesse um contrato emergencial de 100 agentes, com certeza, já teríamos 100 pessoas trabalhando para ajudar a população de Porto Alegre na questão da segurança pública nas escolas, nas praças e, como disse o Ver. Pablo, na questão de ajudar a EPTC no fato das pessoas que cobram indevidamente estacionamento na nossa Cidade.

Ninguém quer precarizar a questão do trabalho; agora, nós precisamos resolver a falta de professores nas escolas. Se o Município fez, agora, esse chamamento por um ano, acho que tem um prazo. Eu participo de um grupo chamado 460, que foi um concurso que a Prefeitura fez para técnicos de enfermagem, e esse é o número do concurso público. Há dificuldade de chamar essas pessoas. Eu não estou aqui defendendo que todos os concursos – a Ver.^a Sofia elencou aqui vários setores do serviço público onde há a necessidade de funcionários –, eu estou aqui defendendo a necessidade da população. Há uma necessidade de professores nas escolas do Município. Nós não podemos deixar essas crianças nessa queda de braço: faz concurso, não faz concurso; faz chamamento emergencial, não faz chamamento emergencial; é de 30, é de 90, é de 120 dias, é de um ano, é de seis meses... O que nós precisamos é resolver o problema dessas crianças que estão sem professores, e temos esse prazo para esta Casa resolver isso. O Ver. João Bosco até deu a ideia de fazermos uma emenda. Agora, fazer concurso não dá a garantia de que vão chamar, nós temos que ter a garantia de que as aulas serão cumpridas, de

que terão professores para dar as aulas; de que os guardas municipais vão ser chamados; nós temos que ter o compromisso de que terão funcionários no DMAE, como a vereadora falou aqui; nós temos que ter a garantia de que terão agentes na EPTC, nós temos que ter a garantia de que terão as pessoas na FASC. Então é esse alerta que nós queremos dar. Existe essa possibilidade de contratação por um ano, dois anos, isso foi feito lá atrás, quando foi feita a dita reforma trabalhista, que iria melhorar as relações de trabalho e não iria permitir que tivessem esses 23 milhões de desempregados, que a cada ano aumenta mais no nosso País. Esperamos que isso mude, que as pessoas voltem a ter emprego, esperamos que as pessoas voltem a ter uma qualidade de emprego, que volte a ter um aquecimento na indústria nacional, um aquecimento no comércio, um aquecimento de todo o nosso parque industrial, para que a gente volte a ter emprego, para que se possa discutir essa precarização que houve no trabalho. Agora o que não pode acontecer é a população de Porto Alegre e as nossas crianças ficarem sem os professores, o que não pode é nós ficarmos sem atendimento nos postos de saúde, sem atendimentos emergenciais que a Prefeitura tem que nos dar no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o PLCE nº 019/18.

(15h28min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Esta presidência faz um requerimento solicitando que seja incluído na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 092/18 e que seja votado imediatamente. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 092/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da votação, em 2º turno, do PELO nº 003/18, por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, por solicitação do Ver. Paulo Brum, solicito a retirada da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje o PLL nº 025/15.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão PLL nº 091/18. (Pausa.) Não há quem queria discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; que bom que a Câmara Municipal de Vereadores tem dado bastante atenção aos idosos. Votamos o programa do Ver. Alvoni Medina, das oportunidades de emprego aos idosos nas empresas privadas; tratamos da questão dos postos de saúde, de os idosos poderem escolher os postos de saúde para serem atendidos, do Ver. Ferronato. E hoje eu trato desse meu projeto bem simples, mas eficaz, para que a gente possa ter políticas públicas no Município voltadas aos maus-tratos e à violência contra os idosos. O Estatuto do Idoso estabelece que os casos de suspeita ou consumação de violência cometida contra idosos serão objetivo de notificação obrigatória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária e também à autoridade policial, ao Ministério Público e aos conselhos municipal, estadual e federal do idoso. Neste projeto de lei, eu só estou ampliando a comunicação para o nosso órgão de assistência social, para que a gente possa ter dados, conhecer onde são os casos e poder trabalhar políticas públicas nesse caso tão importante. A gente sabe que, infelizmente, ainda ocorre muita violência contra os idosos. Eu sou um defensor de que a Prefeitura deveria ter um cadastro de cuidadores de idosos,

para que a gente pudesse conhecer, ter referência das pessoas que a gente venha a contratar. Eu venho batendo nessa tecla há muito tempo, e pode ser que com esse projeto a gente consiga desenvolver essa iniciativa que eu pretendo na cidade de Porto Alegre. Então, é um projeto simples, mas tenho certeza de que vai ser eficaz, vamos poder conhecer melhor onde e de que forma acontecem essas violências e poder tratar políticas públicas sobre esse assunto tão importante e delicado. Peço o apoio dos colegas vereadores para a aprovação deste projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 091/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, Ver. Mendes Ribeiro, vamos aprovar seu projeto, acho que, depois da aprovação, V. Exa. deve buscar o prefeito, o vice-prefeito, talvez especificamente o pessoal da assistência social e da saúde, para que tenham uma forma concreta, mais efetiva de canalização dessa comunicação. Comunicação é essencial. Nós sabemos, hoje, que esse é um problema gravíssimo, os maus-tratos com os idosos, muitas vezes a questão de abandono e, o pior de tudo isso, agressões evidentes, comprováveis no seio familiar. V. Exa. caminha bem, a Cidade caminha bem quando cuida de seus idosos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 091/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, queria cumprimentar o Ver. Mendes pela iniciativa, acho que é um debate muito importante, não só um debate, é uma realidade, não é, Mendes? A gente tem que buscar políticas públicas para proteger os nossos idosos, então quero te parabenizar, de fato, pela iniciativa. Quando eu fui presidente da Comissão de Direitos Humanos, identificamos que uma das grandes áreas de aumento da violência era justamente a da população idosa – a violência contra os idosos no Município de Porto Alegre –, nos mais variados tipos de

violência: abuso econômico e patrimonial, discriminação, negligência, que também acaba sendo uma forma, tortura, violência física. Mais de 10% dos casos de violência contra idosos era violência física; a violência psicológica chegava a quase 30%. Então, a rede de proteção é insuficiente, e eu sei que existe um trabalho muito importante, inclusive nós conseguimos derrubar um veto, não é Medina, não é Freitas? O que é muito importante, nesse sentido, porque a rede ainda é muito insuficiente. De lá para cá, se avançou no lar para idosos que o Município não tinha, para idosos vítimas da violência, da negligência, ou até da falência econômica, diante do baixo salário e das aposentadorias. Muitos idosos acabavam ficando nos abrigos para a população em situação de rua, sem o atendimento adequado na área da saúde, porque é uma população que tem uma especificidade. Eu fui visitar o Abrigo Bom Jesus, à época, e tinha um idoso com quase 90 anos, acamado, necessitando de apoio da área da saúde, e é óbvio que o Abrigo Bom Jesus não comportava e não tinha aquela estrutura. Logo depois da visita – isso foi em 2013 – nós conquistamos uma reforma do Bom Jesus, e foi em 2016, eu acho, que o primeiro contrato com relação ao lar idoso do Município de Porto Alegre foi feito, o que é importante, mas ainda é insuficiente! Se não me engano, não são nem 20 vagas, e a população idosa aumenta. Claro, esse projeto trata da violência e do atendimento no serviço de saúde, estendendo à assistência social para que haja um profissional habilitado para tratar desses casos e, inclusive, ser notificado. Eu acho que isso é muito importante, inclusive a Ver.^a Mônica foi a relatora, na época, da temática dos idosos no nosso plano. Na época em que nós fizemos esse mapa, uma coisa que nós identificamos foi o aumento da violência com a população idosa; a Delegacia do Idoso nos repassou uma série de dados. Então, é uma temática muito importante, e esse tema da notificação é importante, porque, muitas vezes, aquela vítima da violência é atendida, mas, não tendo o sistema de notificação, acaba voltando para casa. A notificação é uma proteção à vítima, porque muitas vezes os idosos são vítimas de membros da própria família. A mesma coisa com as mulheres, essa notificação deveria ser automática, muitas vezes a falta de informação e de responsáveis no serviço de saúde faz com que não haja a rapidez, enfim, e essa notificação automática poderia estar protegendo outras vidas e integrando à rede de assistência mulheres vítimas da violência, e, da mesma forma, os idosos.

Então, quero te parabenizar e acho que eu falei em nome de toda a bancada, porque nem todos irão falar, até para acelerar a votação. Quero dizer que é uma preocupação necessária no Município de Porto Alegre, e que nós, da bancada do PSOL, também temos essa preocupação com a população idosa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver. ^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 091/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereadores e vereadoras, também quero fazer o registro da importância dessa percepção por um jovem vereador, Ver. Mendes, porque nós estamos acompanhando bem de perto – o Ver. Oliboni também, o Bosco – o que está acontecendo com os idosos que conseguiram ir para os parques e praças fazer atividades físicas. Talvez eu nunca tivesse tido a dimensão do que significa a saída desses idosos de dentro do espaço doméstico, do isolamento, do abandono, porque filhos e netos têm as suas vidas, é muito ocasional a presença. Há uma submissão, muitas vezes, desses idosos a um adulto que não tem paciência, que muitas vezes é violento ou que explora inclusive as suas poucas finanças, a sua aposentadoria ou sua pensão. Quero dizer que já votamos aqui também sobre a saúde, sobre a identificação das questões de violência, já votamos em escolha do melhor lugar para atendimento de saúde perfeito, porque esse deslocamento não é brincadeira, é seriíssimo. Andava, hoje de manhã, com minha mãe, fui levá-la ao oculista, agarrada no meu braço, porque não confia nas pernas, tem 86 anos, catarata. Como os idosos precisam do corpo da gente, da presença da gente, do apoio, da presença dos outros, e como é fácil tu ficares impaciente, tu ficares irritado – não é, Presidente Mônica? –, porque isso é uma demanda nova, ninguém está preparado, as famílias não estão preparadas. Cada vez mais nós temos que pensar em políticas públicas que trabalhem a autonomia dos idosos, a sua presença na cidade, a sua oportunidade de frequentar o espaço público, de frequentar com coletivos. É inaceitável que tenhamos o desmonte do trabalho, do esporte, lazer e recreação com essa população são milhares de pessoas, as praças e parques são perto das moradias, os depoimentos de pessoas que chegaram deprimidas, de pessoas que chegaram com bengala, de pessoas que chegaram com limitações físicas e a sua mudança no alongamento, na ioga,

na ginástica localizada e nos diferentes esportes adaptados à terceira idade é maravilhosa. É maravilhosa a produção de mudanças de qualidade de vida e de autonomia, porque a violência tem a ver com a falta de autonomia, com a submissão dos idosos a alguém que se dispôs ou que é obrigado a cuidar desses idosos. Identificamos, vamos votar a favor, sim, Mendes, nós queremos que toda esta Câmara brigue, porque, neste momento, a saída dos 19 professores, numa segunda leva, da Secretaria de Esporte, está suspensa, por enquanto, colega Carús, que se comprometeu com esse tema de não redução e que está cuidando. Nós temos uma justificativa muito importante feita pela secretária de Desenvolvimento Social, de 18 páginas, e nós esperamos que o prefeito estanque a saída de profissionais que trabalham com idosos, jovens e adolescentes no esporte. As políticas têm que ser preventivas, têm que ser para a autonomia, senão depois temos que tratar da violência. Não queremos isso, queremos antecipar e garantir qualidade de vida para os nossos idosos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 091/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador João Carlos Nedel (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 048/17, de autoria do Ricardo Gomes, por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o processo SEI nº 023.00021/201/-40, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que solicita representar esta Casa no Grande Expediente em homenagem aos 100 anos da Federação Gaúcha de Futebol, no dia 27 de novembro de 2018, na Assembleia Legislativa, Porto Alegre-RS.

Em discussão o PLL nº 283/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Este PLL é de extrema importância e, inclusive, teve parecer favorável de todas as comissões desta Casa, motivo pelo qual devemos aprová-lo por unanimidade. Vejam, senhoras e senhores, que temos no Brasil mais de 16 milhões de brasileiros com diabetes. Vocês sabem quantos não têm nenhum tipo de acompanhamento ou de controle? Mais de 50% desses cidadãos. Portanto, são mais de 7 milhões de brasileiros, segundo a Organização Mundial de Saúde, que não fazem nenhum tipo de acompanhamento ou controle do diabetes. E nós sabemos que Porto Alegre, por exemplo, no *ranking* nacional, é a segunda capital do Brasil que possui o maior número, ou incidência de pessoas com diabetes. A que está em primeiro lugar é o Rio de Janeiro, com 8,8% da população; Porto Alegre perde apenas por um décimo, 8,7% da população possui algum tipo de diabetes. A Secretaria Municipal da Saúde daqui já disponibiliza o teste do diabetes. É muito fácil para o cidadão se dirigir a um pronto atendimento, a um hospital ou a uma unidade de saúde e fazer o teste do diabetes, porque, se esse paciente, se esse cidadão possui diabetes, obviamente, ele terá o controle de fornecimento, não só do atendimento à saúde, mas do fornecimento do medicamento. Portanto, o programa que nós estamos criando dialoga com a necessidade da Cidade. Nós vamos reduzir o número de pessoas amputadas, ou que venham a perder a vida, até porque os senhores sabem que aquelas pessoas que possuem – muitos dizem uma ferida –, uma úlcera na perna, no pé, entre os dedos, logo ali na frente, se não tiverem algum tipo de tratamento, não procurarem um médico, poderão amputar a perna, o pé ou ter uma enorme dificuldade, obviamente, de poder controlar esse diabetes. Então, na verdade, é uma iniciativa simples, mas de uma enorme repercussão para a prevenção da saúde das pessoas que possuem diabetes em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 283/17.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, antes eu gostaria de agradecer aos colegas pela aprovação do meu projeto que estende a informação à assistência social em caso de agressão aos idosos.

Eu queria cumprimentar o Ver. Oliboni por esse projeto tão importante. Foi relatado aqui, pelo autor, o número de pessoas que sofrem de diabetes, uma doença que não tem cura. Eu venho trabalhando nessa questão, que é uma preocupação muito séria, há muito tempo. E aqui eu quero falar com a minha colega Ver.^a Fernanda Melchionna, que vai ser nossa representante da cidade de Porto Alegre em Brasília, sobre uma pauta extremamente importante. Muitas empresas ganham isenções fiscais, mas tinha que ser trabalhado em Brasília o incentivo fiscal para quem produz alimento sem açúcar para a pessoa diabética. Por que isso? É impossível uma lata de doce de leite normal custar R\$ 4,00 no supermercado e uma para diabéticos custar R\$ 14,00. Como fica a população mais carente que não tem condições de comprar alimentos sem açúcar no supermercado? Convive com o diabetes, botando em risco sua saúde, porque ele não vai deixar de comprar o alimento que custa R\$ 4,00 para comprar o que custa R\$ 12,00.

Então essa é uma pauta importante para levar para Brasília, de incentivo fiscal a empresas que produzem alimentos para diabéticos, porque é uma questão grave em que precisamos trabalhar cada vez mais no nosso País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 283/17.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores; Ver. Oliboni, seu projeto ajuda a salvar vidas na nossa Cidade. O diabetes é uma doença completamente rasteira, que chega de uma hora para outra na vida das pessoas, chegando de um jeito, pode-se dizer, para escravizar as pessoas. Meu pai foi uma pessoa que sempre teve uma vida saudável; e hoje faz hemodiálise três vezes por semana. Como o Ver. Pablo disse aqui, não é só a dificuldade de adquirir alimentos sem açúcar;

refrigerantes, sucos, a forma como eles estão discriminados nos supermercados, bem como a forma de adquirir os alimentos. Para um diabético que já toma insulina, um diabético que precisa fazer hemodiálise, ele tem dificuldades na forma de se alimentar, de ingerir os carboidratos, como batata e arroz, e até a tomar a quantidade certa de água durante o dia. Então, a melhor forma de combater o diabetes é a prevenção. Quando o senhor propõe esse simples exame, pode ajudar as pessoas no início do diagnóstico. Tudo hoje em dia a gente vê que se for diagnosticado rápido, no início, as pessoas podem conviver, podem, não digo terem uma vida sã, mas podem ter uma vida com dignidade, quando diagnosticados com alguma doença. Então, esse seu projeto vem para dar dignidade às pessoas quando forem diagnosticadas, através deste exame, com diabetes, ou estarem perto de adquirir a doença. Então, encaminhamos favoravelmente a votação do seu projeto, que traz uma segurança às pessoas para terem uma qualidade de vida digna e plena. Muito obrigado, Sra. Presidente!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 283/17.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, objetivamente o projeto de lei ora em discussão foi encaminhado à Casa em setembro de 2017, passou por todas as comissões da Casa, foi por todas aprovado. O parecer da Procuradoria da Casa, que poderia oferecer alguma restrição, claramente exclui a possibilidade de restrição, porque foi bem escrito. Quero cumprimentá-lo, pois o processo foi bem redigido. Então, eu acho que nem precisamos discutir este projeto, vereador, se estou discutindo agora é para antecipadamente justificar o meu voto e cumprimentá-lo pelo projeto, que é melhor do que bom, é muito bom e merece ser aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 283/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão PLCL nº 030/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver.^a Mônica. Quero dizer que é extraordinário eu e o Ver. Pujol estarmos juntos em algumas matérias, isso é raro, mas em outras é comum. Eu me orgulho de termos, inclusive, na terça-feira, recebido a equipe de robótica da EMEF Heitor Villa Lobos, que veio agradecer por todo o esforço que a CECE fez coletivamente, com os vereadores e vereadoras. Todos nos emocionamos. E mais uma vez, por iniciativa do Ver. Pujol de colocar no Conselho de Cultura a representação do artesanato, tomei o cuidado – fui relatora na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – de consultar o Conselho, os segmentos. Houve uma aprovação, houve discussão com a categoria a despeito disso, eu também tenho pleno acordo que o artesanato, sim, componha as manifestações artístico-culturais do ser humano, da humanidade. É um trabalho manual belíssimo, óbvio que em todos os níveis, mas belíssimo pela forma, pelo seu processo de gestão, de criação, de individualização ou coletivização, mas que faz uma manifestação, via de regra, única e que representa um segmento muito forte da economia, da cultura, da economia solidária também, da economia local, da economia estadual. Parece-me muito justo, adequado, necessário que estejam sendo discutidas as políticas de educação no Conselho Municipal de Cultura, que precisa ser valorizado, fortalecido, ter incidência sobre o orçamento, sobre as políticas públicas. Então, Ver. Pujol, parabéns, estou aqui fortalecendo, apoiando e recomendando o voto no seu projeto, que inclui o artesanato, a representação no Conselho Municipal de Cultura.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/16.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estou aqui para dizer que vamos votar favoráveis ao projeto do Ver. Reginaldo Pujol, que insere o artesanato como membro titular do Conselho

Municipal de Cultura. É uma bela iniciativa que merece a nossa atenção especial pelo que expressa o artesanato para a cidade de Porto Alegre, ao Estado.

E para registrar que esta Câmara aprovou recentemente projeto de minha autoria que estabelece a Feira do Artesanato ali no Largo Glênio Peres, uma vez por ano, em dezembro. Neste ano, ela vai acontecer pela primeira vez, depois do seu retorno, de 11 a 14 de dezembro.

Portanto, Ver. Pujol, estamos aí conscientes da importância que é esse seu projeto para a cultura de Porto Alegre. E, agora, também irá acontecer a Feira do Artesanato, da Artesul, repito, em dezembro, no nosso Largo Glênio Peres, projeto de lei de minha autoria, que a Câmara aprovou. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/16.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui nas galerias e também pela TVCâmara. Quero cumprimentar a iniciativa do Ver. Pujol e também complementar a fala do colega Ferronato, primeiro, porque a inclusão do artesanato, por toda a sua proliferação e história na cidade de Porto Alegre, é importante no âmbito do Conselho Municipal de Cultura. E o artesanato tem a sua representatividade expressada nas diversas feiras que já não se limitam aos finais de semana, elas têm ocorrido inclusive nos dias úteis, não apenas na região central da Cidade, mas em diversos bairros. Fui autor - e já houve a promulgação - da lei que instituiu, no Calendário Oficial da Cidade, o Brique da Praça Jaime Telles, que entre tantas atribuições, majoritariamente conta com expositores que trabalham com artesanato. Temos tramitando, nesta Casa, um outro projeto que cria a feira, também entre outros temas, voltada para o artesanato na Praça Zeferino Brasil, na Av. Oscar Pereira, voltada à comunidade da região Glória. E também ajudamos a aprovar o projeto, de autoria do Ver. Ferronato, também incluindo no Calendário da Cidade a Artesul. E quero aqui fazer um registro importante também, um agradecimento à Prefeitura, porque tivemos – não só o nosso mandato, mas todos aqueles vereadores que se dispuseram a colaborar –, no nosso mandato, recebendo aqui a coordenação do Programa Gaúcho do

Artesanato que é vinculado à Casa do Artesão, na Av. Julio de Castilhos, e à Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social – FGTAS, que por intermédio do seu presidente, o Rogério Grade, que foi vereador, vice-prefeito e prefeito de Três Coroas, um homem público que tem sensibilidade com esses temas, conseguimos devolver, com esforço conjunto, a realização da Artesul no Largo Glênio Peres. Porto Alegre tem 17 mil artesãos cadastrados no Programa Gaúcho do Artesanato. É um número bastante expressivo. Então, saúdo aqui a iniciativa do Ver. Pujol. Sou totalmente favorável à iniciativa conjunta, com a qual conseguimos devolver a realização da Artesul ao Largo Glênio Peres, e ao projeto que outrora aqui aprovamos, de autoria do Ver. Aírto Ferronato. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/16.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu me somo aos demais colegas vereadores para parabenizar o Ver. Reginaldo Pujol, que vem com uma iniciativa muito interessante. Eu digo interessante e importante pelo seguinte: nós já tentamos criar o Conselho Municipal do Artesanato nesta Casa em anos anteriores, em legislaturas anteriores, infelizmente não vingou, isto é, o governo vetou o projeto de lei. E nós percebemos que essas inúmeras iniciativas são de vereadores – vários vereadores que ouvimos aqui e deste vereador também – que são autores de leis que instituíram o espaço público da Cidade como o espaço para disponibilizar a arte e a cultura dos cidadãos e cidadãs para vender o seu produto. Eu poderia dizer apenas que este vereador regulamentou, através de um projeto de lei, a Feira Municipal de Artesanato, na Av. José Bonifácio, aos sábados. Ela não era regulamentada. Na primeira legislatura em que fui vereador, na ocasião era o nosso governo, ela foi regulamentada. Já existia a Feira Municipal de domingo. Hoje essas duas feiras, do sábado e do domingo, são, além de feiras, eventos culturais da cidade. Obviamente, ali acontecem artes plásticas, antiguidade, culinária, artesanato, uma infinidade de ações e profissões que colocam a sua arte e cultura à disposição da sociedade para adquiri-las. Mas, além disso, existem em tantos outros lugares da Cidade. Por exemplo, uma outra feira que foi de minha autoria, e hoje é realidade, é a Feira do

Artesanato, Culinária e Artes Plásticas aqui na Usina do Gasômetro, realizado num espaço que, depois de revitalizado, ficou muito aprazível e que em todo o fim de semana são centenas ou milhares de pessoas que por ali transitam. E são exatamente esses espaços públicos que o poder público tem que discutir e ampliar, não só com leis de vereadores. E, observando aqui o Conselho Municipal de Cultura que possui 37 membros, vemos que possui número significativo do governo, das diversas secretarias, mas também da ampla sociedade, por exemplo, do cinema, das artes cênicas, do livro e da leitura, da música, do patrimônio cultural, do folclore, do carnaval e de tantos outros. Por que não incluir, agora, o artesanato? Parabéns, Ver. Pujol! Teve uma excelente iniciativa. Agora o Conselho Municipal de Cultura vai discutir também a questão da cultura, do artesanato, das artes plásticas, das feiras da Cidade. Isso é de extrema importância. Portanto, venho aqui não só me solidarizar com a iniciativa, mas também apoiá-la, para que possamos votar por unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 30/16

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mônica, ora, ora, ora, que discussão nós estamos tendo neste momento, Ver. Camozzato, em homenagem ao Ver. Pujol pela sua iniciativa – não vai ter a nossa oposição, pelo contrário, vamos votar favoravelmente –, agora, aqui nós estamos nos enganando. É o dia da nossa autoenganação. Eu pergunto o seguinte: quando foi a última reunião do Conselho Municipal de Cultura? Quem sabe me dizer? Qual é o relatório? O que fez o Conselho Municipal de Cultura ultimamente? Existe de fato? Não vamos nos enganar, gente, nós estamos aqui nos enganando, estamos perdendo tempo, porque o Governo não quer ouvir a comunidade cultural. Foi a maior balbúrdia para resolver os problemas da Feira do Livro. Será que nós esquecemos disso? O Prefeito queria cobrar R\$ 180 mil para usar a praça para a Feira do Livro. Quem foi na última Feira do Livro? Foram lá para valer, pesquisaram, circularam, falaram com os livreiros, com as pessoas? Feira de Artesanato? Caríssimo Oliboni, nós estivemos juntos na organização e legalização da Feira da Usina do Gasômetro, nós somos autores do projeto que legalizou a feira na frente do Mercado Bom Fim. Nós trabalhamos a Feira do

Gibi, a Feira do Vinil, nós estamos colados no artesanato, na economia solidária da Cidade. As pessoas na encontram local para vender, não tem apoio do poder público. É uma briga intermitente para usar o Mercado Público, para fazer qualquer feira de artesanato. A Prefeitura quer cobrar tudo, absolutamente tudo, se quiser fazer qualquer coisa. Nós estamos nos enganando, gente. Eu vou votar favoravelmente, vai ter artesanato no Conselho, mas o Conselho não vai existir, gente! Não vamos nos enganar, essa Prefeitura não quer saber de conselho, essa Prefeitura tem um desdém pela organização do povo; essa Prefeitura não apoia o artesanato, pelo contrário, torpedeia o artesanato, e nós aqui dizendo “que bacana, nós vamos ter um artesanato no Conselho Municipal de Cultura”. Vamos ter para nada, letra morta da lei, estamos nos enganando. É uma cretinice o que nós estamos fazendo hoje à tarde aqui. Cretinice, porque isso não vai existir – não vai existir! O Ver. Nedel está quieto, o governo não fala; os líderes do governo não estão aqui – não estão aqui! –, não falam, não têm o que dizer. Vocês são contra o artesanato! Vocês são contra, não têm coragem de dizer – não tem coragem de dizer! Eu estou dizendo: vocês, que são deste governo aí, são contra a econômica solidária, vocês são contra o artesanato, vocês estão se lixando para o Conselho Municipal de Cultura. Vocês estão dando uma banana para nós. Agora, o seguinte: eu não vou me calar diante dessa cretinice, pura cretinice! Escrevam a palavra que eu estou dizendo: é cretinice! Não tem apoio ao artesanato. Venham aqui me provar o contrário. Vamos parar com essa brincadeira. Nós estamos hoje no dia 26 de novembro, temos quilos de projetos para votar, porque não foi trabalhado devidamente durante o ano inteiro. Agora, tem que atropelar com reunião conjunta. Não vai ter acordo de reunião conjunta se depender de mim e de alguns membros da CCJ. Ver. Dr. Thiago, Ver. Bins Ely, que eu vejo aqui que são da CCJ, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, meu voto amanhã vai ser: não tem reunião conjunta se não passar pela CCJ, nós sempre fizemos reuniões a cada semana, e ninguém senta em cima de projeto na CCJ. Chega! Não vão nos enganar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/16.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente. O Ver. Adeli está indo lá tomar um café, mas eu gostaria de saber dele quem é o cretino, se é o autor do projeto... Deve ser o nosso decano, que propôs uma alteração, Ver. André Carús, no Conselho Municipal de Cultura, e recebe aqui do Ver. Adeli, de graça, ser chamado de cretino.

Como o tema não é esse, eu queria dizer que a bancada do PTB, neste período de discussão, é a favor, sim, do artesanato, Ver. Cláudio Janta. Eu, particularmente, fui diretor da Fundação Gaúcha do Trabalho, onde, até hoje, é desenvolvido o Programa Gaúcho do Artesanato, aliás, Ver. Mendes – escutei o Ver. André Carús –, só em Porto Alegre são 17 mil artesãos que, através do Programa Gaúcho do Artesanato, através da carteira de artesão, podem emitir nota, podem, inclusive, ter a sua contribuição para a previdência. Então, nós somos favoráveis, sim, à inclusão dos artesãos no Conselho Municipal de Cultura. O Ver. Adeli Sell, que retornou a esta Casa, talvez não tenha conhecimento, mas eu tenho um projeto de lei que trabalha a economia solidária, e eu estou pronto para colocar para votar; prioriza aquelas entidades da economia solidária, inclusive para as licitações do Município.

Estamos chegando ao final do ano, poderíamos aqui, talvez, ter ânimo de mais construção, Ver. Aldacir Oliboni, o senhor, que logo, logo vai estar novamente encenando ali no Morro da Cruz, como faz todos os anos, na condição de ator, na posição de Jesus Cristo. Estamos nos aproximando do final do ano, Ver. Felipe Camozzato, e eu acredito que tem projetos que, independentemente de serem do Executivo ou de vereador, são projetos importantes para a Cidade, e nós precisamos, sim, avaliar e verificar se eles têm realmente efetividade para melhorar a vida de cada um dos municípios.

E voltando aqui para o projeto do nosso decano, Ver. Reginaldo Pujol, é um projeto meritório. Disse aqui o Ver. Aldacir Oliboni que tentou, inclusive, criar um conselho específico para o artesanato. Eu acho que a área do artesanato se encaixa muito bem dentro, sim, da área da cultura, Ver. José Freitas. Portanto, é meritório o projeto do Ver. Reginaldo Pujol, que institui a inclusão do artesanato no Conselho Municipal de Cultura. Então, a bancada do PTB, ainda neste período de discussão, quer dizer, Ver. André Carús, que acha meritório e iremos acompanhar o autor para aprovação da inclusão do artesanato no Conselho Municipal de Cultura.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLCL nº 030/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

(16h24min.) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente, em representação. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente, em representação. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente, em representação. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros colegas vereadores e vereadoras, neste Grande Expediente, gostaria de fazer uma avaliação global das questões de saúde que permeiam Estado, Nação e Município. Nós temos tido uma grande dificuldade de acesso ao sistema de saúde, principalmente naquilo que se refere às patologias que mais acometem a nossa população. Nós temos tido grande dificuldade na traumatologia a ponto de muitas vezes observarmos doenças curáveis se tornarem doenças incuráveis pelo decurso de tempo; nós temos visto, infelizmente, as pessoas aguardando até 10, 12, 13 anos por uma consulta ortopédica, causando deformidades em membros; nós temos visto, como

ouvimos hoje, pela manhã, pacientes com repercussões desses acidentes e desses problemas ortopédicos transformando esses problemas em crônicos, osteomielite crônica, doenças crônicas; nós temos especialidades cirúrgicas de média complexidade que sofrem muito pela falta de resolução. Quão melhor seria a qualidade de vida de muitas pessoas e quão o Estado gastaria menos se resolvesse esses aspectos de saúde de forma mais breve. Dou o exemplo claro das pedras em vesícula. Nós temos centenas de pessoas em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul acometidas de colecistite, de crises de pedra na vesícula e que não conseguem hospitais de média complexidade para resolver o seu problema. Uma cirurgia que, em princípio, poderia ser simples, com internação de um dia, um dia e meio, acaba se tornando um problema de UTI, levando o paciente a ficar, inclusive, com sequelas. Nós temos situações de pessoas Estado fora que aguardam exames de imagem, principalmente exames de endoscopia digestiva alta e baixa. A pessoa, por não fazer a endoscopia e o tratamento no momento adequado, pode desenvolver uma patologia neoplásica logo ali à frente. Esses dias, um vereador me consultava sobre isso aqui no plenário. Eu dizia a ele que era importante ele realizar o tratamento que estava sendo proposto, até porque, se ele não realizasse o tratamento, essa patologia poderia evoluir de forma neoplásica.

Nós precisamos, Ver. Cláudio Janta, que me ouve atentamente, fazer mutirões de cirurgias, nós precisamos avançar nesse sentido. É claro que a saúde pública não pode ser toda baseada em mutirões, mas eles acabam dando condição para que o sistema possa se regular, diminuindo a fila de espera e diminuindo o tratamento e o custo do tratamento de determinadas patologias. Patologias não tratadas aumentam o custo-saúde para o Estado, aumentam a necessidade de um financiamento maior para o sistema de saúde. É nesse sentido e nesse diapasão que a gente tem que atuar, atuar de forma preventivamente primária, ou seja, evitando que a doença incida, e de forma preventivamente secundária, evitando o agravamento dessas patologias. Nós precisamos objetivamente atuar muito nesse sentido.

A outra questão, para a qual precisam ser feitas uma verdadeira concertação e uma verdadeira construção, é a que se refere aos hospitais pequenos, porque, normalmente, têm uma resolutividade maior do que os hospitais grandes. Esses hospitais pequenos acabam facilitando o acesso e dando mais acesso às pessoas que mais precisam; o que precisamos é acertar a *expertise* desses locais. Portanto, isso é uma construção coletiva

que não adianta só Porto Alegre fazer, mas que tem que ser feita com o conjunto dos municípios da Região Metropolitana. Temos que fazer um esforço enquanto sociedade, enquanto Parlamento, enquanto Parlamentos municipais e estaduais; enquanto sociedade; enquanto Executivos municipais e estaduais, para que esses hospitais não fechem. Infelizmente, é o que tem acontecido nesses últimos meses. O significativo fechamento desses hospitais representa, sem dúvida nenhuma, uma piora no atendimento à saúde das pessoas. Nós precisamos, também, quando se fala em saúde pública, atuar preventivamente. Há a necessidade de um planejamento familiar sério, que utilize o que tem de mais moderno em tecnologia médica – isso é fundamental para a nossa sociedade. Não sou favorável ao aborto, e o aborto não pode ser um método contraceptivo; nós precisamos da possibilidade, de forma livre e consciente, de as mulheres e os homens escolherem quantos filhos vão ter, e que eles não sejam obrigados pela sociedade, pelas contingências, pela falta de acesso aos métodos contraceptivos, a terem filhos indesejados. A gestação indesejada na adolescência é um verdadeiro caos para a nossa sociedade, porque é uma gestação de alto risco; a mulher gestante adolescente tem um risco três vezes maior de morrer do que a mesma mulher quando estiver no período fora da adolescência, e o seu filho, um risco duas vezes maior de ser prematuro. Esses fatores fazem com essas gestações sejam de alto risco. Nós precisamos ajudar essas pessoas para que não tenham os filhos que não querem ter.

Por fim, eu não poderia deixar, neste período de Grande Expediente, meu e do DEM, de saudar, novamente, o Presidente eleito Bolsonaro pela escolha de Luiz Henrique Mandetta para ministro da saúde deste País. Um homem que, ao longo de toda sua história política como deputado, sempre denunciou as coisas que eram feitas de forma errada na saúde, sempre apontando o caminho das soluções. Agora vai ser a nossa possibilidade de realmente fazer toda a redenção necessária no que se refere à saúde. E já começou, a partir das ações que seriam desenvolvidas a partir do dia 1º de janeiro, com o programa dos intercambistas, ou seja, que eles iam ser liberados para trazer as famílias, que o salário deles ia ficar todo com eles e que eles teriam que mostrar o mínimo de capacitação para atuarem como médicos no Brasil, mas houve uma ação unilateral do governo de Cuba, no sentido de trazer esses intercambistas novamente para a ilha cubana. Realmente, uma coisa que foi um reflexo daquelas ações que seriam tomadas claramente pelo governo brasileiro, e nós acreditávamos nisso já. E aí o Ministério, com

muita tranquilidade, abriu essas vagas para os médicos brasileiros com CRM, de forma clara, de forma que o médico poderia se inscrever já no Município específico, ele não iria se inscrever no Ministério para ser colocado, arbitrariamente, em qualquer Município. E pasmem vocês, em três dias as vagas terminaram, só com médicos brasileiros regulamentados, médicos brasileiros que fizeram o curso e revalidaram o seu diploma no Brasil. Em três dias! No Rio Grande do Sul, as vagas que muitos prefeitos prolataram que não seriam preenchidas foram preenchidas em dois dias, mostrando que o que nós falávamos antes era verdadeiro, que os médicos brasileiros nesse programa de intercambistas foram, sim, boicotados pelo Ministério da Saúde. Houve um boicote aos médicos brasileiros, houve uma disputa de poder com os médicos brasileiros. O governo, naquela oportunidade, queria ter o monopólio estatal completo da saúde, queria utilizar a saúde como instrumento político, porque, como eu disse aqui, os médicos, naquela oportunidade, os intercambistas, foram para onde estavam os votos. A cidade que mais recebeu médicos foi Porto Alegre. É importante que se tenha essa clareza, como eu disse e já reiterei para os outros secretários de saúde municipal e para esse que está no Município de Porto Alegre. Nós aprovamos nesta Casa a lei do IMESF, e, na oportunidade, o prefeito dizia e prolatava que era a possibilidade de ter um plano de carreira e uma remuneração mais adequada ao mercado para os médicos, e poder colocar médicos na Estratégia de Saúde da Família de Porto Alegre. Se os secretários não conseguiram e não conseguem hoje é porque falta gestão no Município de Porto Alegre, e já não é de hoje! Se os prefeitos não conseguem colocar médicos nos seus municípios é porque, muitas vezes, ou faltam recursos ou eles caem no descrédito com a categoria, porque prometem um salário de R\$ 15 mil, de R\$ 20 mil e depois pagam o primeiro mês, segundo mês, e no terceiro não pagam, dão calote. Então caiu no descrédito.

Mas nós acreditamos profundamente que essas modificações que estão sendo feitas agora vão ser a redenção para um grande projeto de saúde pública que valorize a Estratégia de Saúde da Família, que não acredita que para uns deve ter um tipo de médico, ser tratado pelo plano ou no Sírío-Libanês e para outros serve qualquer coisa.

Vereador Dr. Goulart (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Com sua licença, Presidente. Meu querido, venho aqui parabenizar sua bela fala. Agora que

V.Exa. é deputado estadual, nós precisamos fazer a implantação do plano de carreira para o Rio Grande do Sul. Os médicos têm que ter um plano de carreira. Não é justo o que está acontecendo no Grupo Hospitalar Conceição: os médicos recebem um salário razoável, e no dia em que se aposentam, passam a ganhar R\$ 4,2 mil! Eu até fico com vergonha de falar nesses valores porque o pobre do trabalhador brasileiro ganha um salário mínimo miserável, o que é uma outra luta que temos que fazer também, não podemos nos esquecer, mas os médicos, envelhecidos, terem que continuar trabalhando, serem condenados ao trabalho até a sua morte, é um desrespeito. Quero sua ajuda para fazer um plano de carreira para os médicos para que se aposentem com o salário do dia. Obrigado.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Pode ter certeza, Dr. Goulart. Estamos juntos nesta pauta e em outras.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vossa Excelência aceita um pequeno contraponto, com todo respeito? Digo apenas que nas seleções do Mais Médicos, no modelo anterior, que V.Exa. criticou, o que respeito, os brasileiros também preenchiam todas as vagas no início, depois não consolidavam. Então, vamos assistir, ainda vamos acompanhar, certo? A gente tem agora um depoimento do prefeito de que está com edital aberto para 3 médicos, com salário de R\$ 11 mil; portanto o teto da Cidade, e nenhum médico se apresentou. Então, segue ainda a dificuldade de território! Vamos acompanhar!

Vereador João Bosco Vaz (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, se o senhor puder explicar, eu gostaria de ouvir sua explicação! Antes não tínhamos médicos interessados; agora temos 8.500 vagas e já têm mais de 30 mil inscritos - li agora sobre isso -, querendo trabalhar. Como é essa mágica aí?

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Muito boa, Ver. João Bosco Vaz. Essa mágica se dá da seguinte forma: os médicos brasileiros tiveram as suas inscrições boicotadas nas etapas anteriores do programa; isso é muito claro.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Dr. Thiago. Esse tema é muito bom, e V.Exa. tem todo conhecimento, toda essa bagagem, porque, a cada momento em que vejo uma notícia... Vejamos, na semana passada, a Folha de São Paulo, que é um jornal até consagrado de esquerda, entrevistou um médico que casou com uma brasileira. Aquela entrevista foi tão longa, contou que há quase dois anos ele saiu desse processo, casou-se no Brasil, ficou, está exercendo a sua atividade, portanto, saiu do Mais Médicos, ali ele disse muitas coisas. Mas a gente vai, a cada dia, tomando conhecimento. Quando se fala em R\$ 11,8 mil, não são somente R\$ 11,8 mil, parece que as Prefeituras pagam mais aluguel, mais alimentação, ou seja, o custo desse médico que vinha de Cuba estava em torno de R\$ 15 mil, R\$ 16 mil cada um – imagina! Coisa que não sabíamos, agora vem à tona essa conversa. Um levantamento que vi pela televisão disse que dos oito mil e poucos médicos, mil e poucos médicos se casaram no Brasil e querem ficar. Vão querer voltar para Cuba? Outro detalhe importante: a soma de todos esse projetos que eles fizeram, de médicos pelo mundo, principalmente países mais de esquerda, estão financiando Cuba, é impressionante. Todos os dias surgem novidades, coisa que aquele regime quase comunista, para não dizer comunista do Brasil, não dizia. Até me desculpe, eu conheço a sua trajetória, eu o conheço perfeitamente e sei, mas chega o momento de tentar ter uma percepção de que muitos médicos, baseados na ideologia, taparam o sol com a peneira, não deixaram aparecer isso. Hoje, num outro momento, eles estão se penitenciando e dizendo: “Olha, como nós erramos, como nós não entendíamos que esse governo de esquerda nos enganava, queriam isso, nos prometiam, prejudicaram a nossa categoria” – é verdade. Então, nada melhor do que o brasileiro tomar conta das suas coisas. Nós temos médicos com capacidades estratosféricas no Brasil. Nós temos jovens que querem trabalhar para a população brasileira, inclusive os Estados estão adiantando os seus CRMs, V. Exa. sabe, para terem condições de se inscreverem, e houve a procura dessa enormidade de gente, isso são desempregados, é gente que volta ao mercado de trabalho. Então, fico muito contente, independente de esquerda ou direita, pois é o povo brasileiro trabalhando e tendo carinho com seu povo. Não quero e nunca disse que os cubanos eram piores ou melhores, não, não é isso o que me interessa, o que me interessa é quais as condições que eles viviam e nós mandamos dinheiro para Cuba, não era para eles, 70% ia para Cuba. Não tem cabimento! Então, quem quiser vai ficar aqui, quem casou vai ficar aqui e

ter filhos, só se ele se separar para ir para Cuba, porque a sua esposa não vai querer ir para Cuba, pois lá é um regime fechado e ganham uma miséria desgraçada. Então, parabéns aos médicos que assumiram essa postura no Brasil inteiro. A causa é nobre, é nossa, mas não invalida outros médicos de outros países, desde que queiram ficar aqui, receber, gerar renda, gerar trabalho, família, esse é o povo brasileiro. O bom do povo brasileiro é ter essa atenção que tem e gostar de todo mundo. Obrigado.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Isso, Ver. Cassiá, um exemplo do que o senhor acaba de comentar, e eu faço esse pronunciamento dedicado a ele, é do Dr. Willy, que é um médico que veio da Venezuela, inicialmente para o programa Mais Médicos, saiu do programa Mais Médicos, fez a revalidação do diploma, e hoje é residente, é médico – com o diploma revalidado – e é residente de ginecologia e obstetrícia no Hospital Presidente Vargas. Excelente residente – dos melhores residentes que tem aquele hospital.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Dr. Thiago, estava ouvindo atentamente a tua colocação neste Grande Expediente. Quando V. Exa. fala sobre a questão dessa parceria com Cuba em relação ao atendimento médico aqui no Brasil. Antes desses profissionais chegarem aqui – são mais de 8 mil profissionais –, o Governo Federal – na ocasião a nossa Presidente Dilma – fez uma espécie de edital de licitação, como foi feito agora, em que todos esses locais para onde vieram depois os cubanos não foram preenchidos como opções preferidas, vamos dizer assim, pelos brasileiros. Por isso se optou por fazer esse tipo de intercâmbio com Cuba no intuito de poder preencher esses locais de atendimento. Deu tão certo que esses cubanos não só são profissionais qualificados, mas satisfizeram a necessidade da população. Não foi por acaso que, durante todo esse tempo, eles atenderam com qualidade os serviços e nos lugares mais distantes ou longínquos do País onde, na verdade, nunca ninguém ia trabalhar. Agora, que o Brasil precisa, sim, trabalhar com a ideia de uma carreira para o profissional, e não somente na área da saúde, mas da educação, da segurança, isso é pontual. É que, até então, não havia nenhum programa que pudesse estender, eu diria assim, o direito legítimo de atendimento à saúde para essa população que ficava à margem. Agora com a manifestação do Presidente eleito é que houve essa quebra, vamos dizer assim, e que, tomara Deus que o Brasil consiga

preencher essas vagas, porque são milhões de brasileiros que estão preocupados e que querem, sim, o atendimento médico de qualidade.

Portanto, não dá para poder, às vezes, radicalizar o discurso ou querer partidizar, que quem faz gestão tem que olhar toda a planície e não apenas feudos ou partidos políticos que vêm com uma ideia que, para o momento, era a grande solução. Muito obrigado.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): E é isto exatamente que o Presidente e o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta tem feito: olhar para o todo, não olhar só para os seus interesses partidários.

Eu quero dizer, em alto e bom tom, que discordo do Ver. Oliboni, eu vi muito erro básico em medicina...

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Dr. Thiago prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu vi muito erro, muito equívoco no tratamento, vi câncer de pele em face ser tratado com nebacetin, não foi em Cacimbinhas ou em Ibiraiaras, Ver. Cassiá Carpes, foi em Porto Alegre mesmo! E agora, neste momento, prefeito mequetrefe não vai se esconder atrás da falta de médicos, agora vai ter a possibilidade de fazer isso.

Agora, com relação a isso, que o Governo Federal iniciou o processo, nós, há doze anos, desde que vim a primeira vez para esta Casa, Ver. Dr. Goulart, eu já falava da necessidade de um plano nacional de carreira médica. Isto estava claro que precisava fazer, que precisa ser feito: plano nacional de carreira médica! Não dá para ficar brincando com essas questões, com programas band-aids e tapa-buracos. Não dá para querer utilizar o dinheiro como foi utilizado, e manda o dinheiro para fora, Ver. Cassiá Carpes, e depois sabemos como é que ele volta para cá. O que o senhor falou é muito procedente. Nada contra os cubanos, eles são muito bem-vindos no País, mas o sistema político lá mostra, na sua economia, que o principal produto de exportação é gente. Isso

só existia na escravatura! Então, não tem como falar em neoescrivatura e não citar esse processo. O principal produto de exportação de Cuba é encaminhar as pessoas para fora de Cuba para receber recursos, isso é escravidão, não tem outro nome. Não adianta amenizar, não adianta eufemismo para isso. Nós temos conhecimento de diversas intercambistas que vieram ao Brasil, engravidaram e foram chamadas pelo governo de Cuba para interromper a gravidez, para não ter a dupla nacionalidade depois. Nós temos vários exemplos, um deles é aqui ao lado, em Guaíba. Foi chamada para Cuba para abortar a criança porque, senão, ia ter dupla nacionalidade e ia poder permanecer no Brasil, e ia perder o dinheiro. Então é importante clarificar essas questões, desmistificar. Os médicos brasileiros foram impedidos de participar do programa, seja diretamente porque o *site* saía fora do ar, quando a pessoa ia se inscrever, seja indiretamente porque o Ministério não dizia... Isso que a Ver.^a Sofia falou é correto, o que ela esqueceu de dizer é que o médico gaúcho se inscrevia no programa e era mandado para o Amazonas, e aí é claro que ele não vai. Daí tem que chamar o cubano, porque um médico no Rio Grande do Sul não vai para o Amazonas. Mas tinham vagas em Porto Alegre! Mas esse médico gaúcho não ia ficar em Porto Alegre, porque, segundo disse um dos pensadores do programa, nesses últimos dias: “Foi bom eles não terem vindo com a família, porque daí eles podiam dar mais atenção para as pessoas no Brasil”. Olha, uma pessoa que pensa dessa forma desumana com o trato com as pessoas, como dizer assim: “Olha, o Dr. Thiago não vai levar a sua família para o lugar onde ele vai atender porque daí ele vai poder dar mais atenção para as pessoas”. E a felicidade da pessoa que vem de lá? Então, isso em nenhum momento foi suscitado.

Para finalizar este tempo de liderança, eu ia falar somente em Grande Expediente e acabei me alongando, agradeço por todos os apartes, o contraditório também é importante. Eu acho que nós chegamos num novo momento. Eu acho que esse é um novo momento, o momento em que a sociedade tem que pensar em fraternidade, tem que pensar em ajuda recíproca para vencer os graves problemas que nós temos nos Municípios, nos Estados e na Federação. E para isso nós precisamos caminhar e ajudar todos os entes.

Como sempre me manifestei aqui, rogo que o prefeito Marchezan acerte, acho que é importante, acho que o projeto que foi tratado aqui na semana passada é um bom projeto, das estações de radiobase, da mudança de tecnologia, que pode encaminhar recurso lá

para o Fundo da Segurança, que foi proposto aqui inicialmente pelo Ver. Cassio Trogildo, acho que é um grande projeto. Vejo que o governador também vai encontrar muitas dificuldades, os hospitais em situação falimentar ou pré-falimentar, a segurança precisando de mais investimento e na União não vai ser diferente. Então, é importante que nós, claro que respeitando todas as nossas posições políticas e divergências, possamos, dentro do possível, caminhar para o interesse comum. E o interesse comum é o bem comum, que é o bem de todos naquilo que todos têm em comum - que possamos pensar dessa forma e caminhar assim daqui para frente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Apregoo memorando de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação, como palestrante, em evento promovido pela Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, em Cruz Alta/RS, sobre o tema “Empoderamento Feminino”, no dia 06 de dezembro de 2018. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Elizandro Sabino.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde outra vez, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. Vereadoras, minhas queridas; Srs. Vereadores, meus colegas; e amigos que nos ouvem. Eu queria agradecer ao deputado Elizandro Sabino por ter-me permitido usar o seu tempo de Grande Expediente e agradeço também pela intermediação do Líder do nosso bloco, PTB, Ver. Cassio Trogildo.

Meus queridos, foi inenarrável, foi bela, foi suave, foi linda a apresentação da Praiana, da velha guarda da Praiana no nosso Teatro Glênio Peres. Pena que o pessoal da Câmara, decerto envolvido por outros compromissos previamente feitos, não pôde estar presente. É evidentemente, quase todos os vereadores gostam muito de carnaval, mas alguns são comprometidos com o carnaval. É o caso do Ver. Pujol, que está na Restinga desde o início da formação da Restinga junto comigo; eu, o Ver. Cassio, o Maurício Dziedricki, que sai na bateria da Restinga. O Ver. João Bosco Vaz, que é envolvido com o carnaval, que ajuda o carnaval. Então eu fiquei maravilhado com o que eu vi: aqueles homens e aquelas

mulheres cantando e tocando na Praiana aqui embaixo. Aconteceu na sexta-feira e aconteceu, depois, no sábado, de novo, um repeteco. Evidente que vim na sexta-feira e, depois, estive presente no sábado de novo. Um dos meus cinco filhos, o Saul, gosta muito de *rap*, é *rapper*. Ele e o filho do Betinho, do Imperador. Lembra do falecido Betinho, Ver. Bosco? O filho dele chama-se Iago e conhece muito o *rap* e o meu filho também se interessou por isso, através da internet, e agora eles são *rappers*. E eu consegui trazer meu filho pela primeira vez para assistir ao *show* de carnaval. Estava o Caju também dançando, apresentando-se e batendo palma bastante para todos. (Palmas.) Então meu filho pela primeira vez foi assistir, por incrível que pareça aos 15 anos, foi assistir a um *show* de samba de raiz com alguns sambas-enredo. Ficou maravilhado o meu filho. E que bom que eu pude propiciar a ele esse momento.

Estava me lembrando, Ver. Bosco, que o meu compromisso com o carnaval é grande. Eu, o Jorge Carioca e Wilson Ney fizemos vários sambas-enredo. Mas vários sambas-enredo para várias escolas de Porto Alegre. É verdade que para a Restinga nós fizemos mais. Das seis, sete vezes que a Restinga foi campeã, eu, o Jorge Carioca e o Wilson Ney fizemos quatro ou cinco sambas desses. Fomos campeões junto com ela. Vocês devem ter lembrado (Canta.): “Oi gira, oi gira, oi gira, que eu quero ver / deixar eu entrar na gira e ser um crupiê”. Essa música maravilhosa falava do Cassino da Urca. (Canta.): “O mundo dentro do Rio de Janeiro / a sociedade carioca conheceu / no majestoso Cassino da Urca com Carmem Mirando no apogeu”. Esse samba foi um maravilhoso nosso. Outro nós fizemos para o Cattani, que foi o primeiro homem que trouxe a beleza, que trouxe o luxo para o carnaval, através da própria Escola de Samba Praiana, há muitos anos. (Canta.): “Cattani de Catânia / romântica costura que o sul vem ilustrar / seu desenhar é arte, bem menino / Paris viu seu figurino no foliverzério e inaucasar / O povão carnavalesco diz assim / Mestre Cattani quero ser seu manequim / O povão carnavalesco diz assim / Mestre Cattani quero ser seu manequim”. E aí então uma outra maravilha foi uma Escola de Samba de Uruguaiana. Ela queria que eu e o Wilson Ney fizéssemos um samba-enredo que falasse nos oito títulos da escola, tinha de falar nas quatro estações do ano, e tinha de falar no cara que criou a escola, que era o Capuru. Aí eu me encontrei com o Wilson Ney e disse vamos trabalhar, mas ele disse: “Com o Capuru não, Goulart”. Mas os homens querem, o Capuru vai desfilas, tem 420 anos, vai desfilas, um negrinho com os cabelos branquinhos. Vamos fazer uma música para ele então. Então saiu assim (Canta.):

“Venha sambar com as flores de outono e pintar com aquarela, na primavera, as flores de Janaína... “ E aí, foi indo, e o Capuru? (Canta): “Ca, ca, ca, Capuru, que glória de pessoa que és tu”. O que a gente podia fazer, foi isso que surgiu.

Então, por que estou fazendo esse libelo aqui, exibindo-me com as músicas que fizemos, falando que tem vereadores comprometidos com o carnaval? Meus queridos, se vocês se derem conta, não teve, no ano passado, carnaval oficial e desfile de escolas de samba na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre chegou a ser, junto com os Bambas, com a Imperador, com a Restinga, com o Acadêmicos, Fidalgos, a segunda praça de carnaval, quando São Paulo fazia uns sambas bem mixurucas, bem ruins. Agora, São Paulo começou a crescer com grandes desfiles, está até parecendo com o Rio de Janeiro, muito dinheiro envolvido, e São Paulo é o segundo, e nós somos o terceiro do Brasil, com aquelas músicas maravilhosas. (Canta.): “Sonhando, eu voltei a ser criança / não tive nem vontade de acordar... Vivia eu diante de uma praça / onde a alegria e a graça / modificavam o meu jeito de cantar / Recebidos por soldadinhos de chumbo/ eu entrei na praça carregando alguns balões / Tornei-me um verdadeiro palhaço das perdidas ilusões / Quem vai querer catavento de papel / se o meu trem fantasma vem brincar no carrossel.” Jorge Carioca para o Bambas da Orgia, meus queridos. Por que toda essa fala? Espalhem por aí que um vereador cantou na tribuna e defendeu o carnaval, porque nós precisamos ter carnaval no ano que vem. E nós já estamos chegando em dezembro, Ver. Bosco Vaz! Bosco Vaz fez sucesso na Copa do Mundo com as meninas da Heineken. Elas diziam: “Bosco Vaz, me leva para ver o desfile de carnaval de Porto Alegre, Bosco Vaz?” – as meninas do Rio de Janeiro que estavam aí.

Então, meus queridos, nós precisamos trabalhar para que saia um mínimo de um carnaval, porque ele há de ser o máximo com as música e os *experts* que nós temos. Talvez a iniciativa privada... Onde está a iniciativa privada que tem que ajudar o Rio Grande do Sul a crescer, Porto Alegre a crescer, para nos ajudar no carnaval de Porto Alegre? (Canta.): “O povão carnavalesco diz assim /Mestre Cattani quero ser seu manequim.” Um beijo para vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Agradecemos a todo público que esteve presente, que nos assistiu através da TV Câmara, pela nossa Rádio Web, a todos os funcionários

da nossa TV Câmara, a todas as pessoas que permitiram que esta Casa trabalhasse e funcionasse no dia de hoje, aos gabinetes dos vereadores. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos nós.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h07min)